



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1015438-78.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Erica Rodrigues do Nascimento**
 Requerido: **Banco Pan S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ERICA RODRIGUES DO NASCIMENTO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Banco Pan S/A, também qualificado, alegando tenha firmado com o réu contrato de financiamento nº 70804911, no qual teriam sido realizadas cobranças de tarifa no valor de R\$ 333,93 de IOF, R\$ 600,00 de seguro, R\$ 612,00 de tarifa de cadastro, R\$ 101,54 de registro de contrato, R\$ 408,00 de tarifa de avaliação do bem, totalizando R\$ 2.055,47, passando a impugnar a capitalização dos juros em afronta à Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal e a consequente prática do anatocismo, contrária ao disposto na Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*), capitalização que ainda estaria evidenciada pela utilização da Tabela Price, fazendo com que a parcela contratada tenha tido o valor de R\$ 487,25 quando, utilizada a Tabela Gauss, deveria ser de R\$ 428,88, implicando numa elevação indevida de R\$ 58,37, causando desequilíbrio contratual, inclusive pela cobrança de juros acima da média do mercado, passando a impugnar a cobrança de tarifas por serviços administrativos do próprio banco réu, à vista do que requereu a revisão do contrato a fim de se anular cláusulas abusivas que permitam ao réu cobrar juros capitalizados, com a substituição da TABELA PRICE pela Tabela GAUSS e, conseqüentemente a declaração do crédito apurado conforme saldo devedor da planilha anexa, com a condenação do réu a rever a taxa de juros e a forma de sua aplicação, com o expurgo da cobrança de juros sobre juros, bem como para que o valor das tarifas TAC e demais encargos de administração sejam repetidos em dobro, acrescido de juros e correção monetária, determinando-se ainda ao réu o impedimento de bloquear o veículo junto ao DETRAN.

A ré contestou o pedido reclamando o indeferimento da inicial por conter pedido genérico e no mérito afirmou a inexistência de onerosidade excessiva, apontando a regularidade do contrato a partir da Súmula Vinculante nº 07 e das Súmulas 596 do STF, além das Súmulas 382, 30, 294, 296 e 381 do STJ, defendendo a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170/2001 para concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito à autora, a leitura do contrato demonstra a impossibilidade de que tenha havido capitalização dos juros ou contagem de juros sobre juros, o chamado anatocismo.

Ocorre que, conforme pode ser verificado no documento acostado às fls. 28, o valor financiado teve seu pagamento parcelado em 36 prestações de valor igual, com taxa de juros



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

pré-fixada, de modo que em tais circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros” (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

E nem se diga que haja ilegalidade na aplicação da tabela *price*, valendo, a propósito, o quanto igualmente vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “A Tabela Price não compreende anatocismo” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 ³).

No mesmo sentido: “Embargos à execução. SFH. Sentença de improcedência. Apelação. Juros remuneratórios dentro dos limites legais. Laudo pericial. Tabela Price não compreende anatocismo. Jurisprudência do STJ em sede de recurso repetitivo. Seguro devido. Admitida a prévia atualização do saldo devedor para posterior amortização. Súmula 450 do STJ. Plano de Comprometimento de Renda e reajuste das prestações” (cf. Ap. nº 9000043-57.2008.8.26.0564 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/11/2015 ⁴).

E tampouco caberá se falar da utilização de tabela alternativa, no caso, a *Tabela Gauss*, conforme entendimento do mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO -Tabela Price - Admissibilidade - O emprego do sistema francês de amortização não implica prática de anatocismo e nem afronta a legislação vigente Inexistência de ilicitude em tal previsão, que não importa abusividade nem dá azo ao enriquecimento ilícito da outra parte - Capitalização de juros - Inocorrência - Acordado o pagamento em parcelas mensais fixas, a taxa pré-fixada já está diluída, não havendo que se falar em capitalização de juros Juros remuneratórios - Limitação dos juros em 12% ao ano - Inaplicabilidade às instituições financeiras - Súmula 596 do STJ Ausência de abusividade no percentual contratado Inaplicabilidade da tabela “Gauss”” (cf. Ap. nº 1018939-20.2014.8.26.0002 - 18ª Câmara de Direito Privado TJSP - 10/12/2014 ⁵).

Quanto a uma possível exigência de juros acima da taxa média do mercado, cumpre observar não haja no argumento a menor plausibilidade, primeiramente pelo fato de não ter, o autor, logrado apontar qual seria essa taxa, e depois, porque, nos termos do que já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, “Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012 ⁶).

Ou seja, não há como se acolher as pretensões do autor no que diga respeito aos juros e à forma de sua aplicação no contrato em discussão.

Quanto às tarifas cobradas, cumpre destacar não tenha havido cobrança da TAC, tarifas de abertura de crédito.

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁵ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁶ www.stj.jus.br/SCON



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

As tarifas cobradas foram R\$ 612,00 de tarifa de cadastro, R\$ 101,54 de registro de contrato, e R\$ 408,00 de tarifa de avaliação do bem.

A respeito dessas cobranças, nenhuma ilicitude se verifica, tendo a jurisprudência já deixado assentado o entendimento nesse sentido: *“TARIFAS BANCÁRIAS - Previsão contratual da cobrança de Tarifa de Cadastro e Registro de Contrato, com a especificação de seus valores - Ausência de demonstração de vício de consentimento quando da assinatura do pacto ou da abusividade de tais custos - Resolução nº 3.919/11 do Bacen - Legalidade da cobrança”* (cf. Ap. nº 0001721-64.2011.8.26.0369 - 38ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/09/2012⁷).

Também: *“Tarifas bancárias - Lícita a cobrança de "tarifa de avaliação do bem", "tarifa de cadastro" e "tarifa de registro de contrato" - Tarifas expressamente pactuadas, encontrando respaldo na resolução Resolução 3.518/2007 do BACEN, com redação alterada pela Resolução 3.693/2009 - Inexistência de prova cabal da abusividade da cobrança das tarifas respectivas”* (cf. Ap. nº 0008134-93.2012.8.26.0002 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/10/2012⁸).

Quanto à cobrança de R\$ 333,93 de IOF, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o abuso na cobrança do IOF financiado tem que ser precisa e objetivamente demonstrado, sob pena de se rejeitar o conhecimento do reclamo: *“Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, "em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança”* (cf. AgRg na Rcl 12386/SP – 2ª Seção STJ – 22/05/2013⁹).

Nada tendo sido indicado no caso desta ação, cumpre igualmente rejeitada a tese.

Finalmente, quanto ao valor de R\$ 600,00 cobrado a título de seguro, caberá lembrar que *“Seguro de proteção que visa assegurar a normalidade do financiamento na hipótese de invalidez, morte acidental, desemprego involuntário – Legalidade”* (cf. Ap. nº 0009073-21.2011.8.26.0063 - 37ª Câmara de Direito Privado TJSP - 02/10/2012¹⁰).

Logo, não há como se imputar de ilícita qualquer dessas cobranças.

A ação é improcedente e o autor sucumbe, devendo assim arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, proposta por ERICA RODRIGUES DO NASCIMENTO contra Banco Pan S/A, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 04 de julho de 2016.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

⁷ www.esaj.tjsp.jus.br

⁸ www.esaj.tjsp.jus.br

⁹ www.stj.jus.br/SCON.

¹⁰ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA